



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica



PIBIC

Relatório Final – Parte I

Título do Plano de Trabalho do Bolsista	Abordagens conceituais e metodológicas sobre inclusão digital e social
Título do Projeto do Orientador	Inclusão Digital: articulação dos nós da rede – parte dois
Nome do Aluno	Joseilda Sampaio de Souza
Nome do Orientador	Maria Helena Silveira Bonilla
Grupo de Pesquisa (opcional)	Grupo de pesquisa em educação, comunicação e tecnologias (GEC).
Palavras Chave (até 3)	Inclusão Digital, modelos pedagógicos, inclusão social
Período de Vigência	AGOSTO DE 2006 A JULHO DE 2007

Resumo (máximo de 220 palavras)

Apresente sucintamente a delimitação do problema, o(s) objetivo(s) do trabalho, os principais resultados e conclusões.

Na contemporaneidade, um dos grandes desafios a ser superado pela sociedade é a questão da Inclusão/Exclusão. Nesse contexto, a UFBA, enquanto instituição federal de ensino, pesquisa e extensão, desenvolve algumas pesquisas e ações que procuram fomentar as questões que perpassa sobre a problemática da inclusão. Esta pesquisa procurou “articular os nós” entre essas ações, buscando compreender qual a concepção e entendimento da UFBA, para essas problemáticas, de forma a articular o significado do termo “inclusão” com: inclusão social, alfabetização digital, acesso, software Livre e políticas públicas. A partir dessa fundamentação, foi possível construir estratégias de ações/diretrizes metodológicas a serem implementadas nas iniciativas de inclusão digital, de modo a superar a concepção de cursinho básico de informática, e sim atuar com uma concepção de “formação” dos sujeitos para o exercício da cidadania.

Para tanto, compreendemos que essa lógica mercadológica será superada à medida que tais ações valorizem a participação, a cooperação, a interação dos sujeitos envolvidos. E isso é válido tanto para os professores/monitores quanto para os alunos/comunidades. Isso quer dizer, sujeitos que constroem, modificam, buscam sua cidadania, são co-autores nesses processos, com envolvimento entre as comunidades e os projetos, contemplando diferentes aprendizagens, e estimulando a construção coletiva de forma a atender as suas respectivas necessidades no contexto em que os sujeitos vivem, para então, potencializar a inclusão social.

1. Introdução

Delimitação do problema trabalhado e as conexões entre o plano de trabalho do bolsista e o projeto do orientador. Objetivos e justificativa do plano.

O projeto de pesquisa “Inclusão digital: articulação dos nós da rede - parte dois” dá continuidade à primeira fase da pesquisa realizada ao longo dos anos de 2005/2006, no âmbito do PIBIC. Esta pesquisa teve como objetivo mapear as iniciativas e as pesquisas sobre inclusão digital realizadas na UFBA, de forma a conhecer e estabelecer relações entre as concepções de inclusão digital que estão presentes nesses projetos, para que nesta segunda fase pudéssemos delinear modelos metodológicos, a fim de contribuir com essas iniciativas para a proposição de ações mais consistentes e sintonizadas com as necessidades da população.

Entendemos que as tecnologias digitais oferecem uma intensidade de informações, porém elas somente serão úteis para aqueles sujeitos que conseguem dar-lhes significado e sentido. Além disso, temos que considerar que essas tecnologias nos oferecem várias possibilidades de comunicação e de diferentes linguagens, de forma a serem potencializadas nas variadas aprendizagens.

Nessa perspectiva, esta segunda fase da pesquisa teve por objetivo não apenas criar modelos pedagógicos a serem seguidos a “risca”, ou trazê-los para seguir um “programa” pré-estabelecido, e sim, delinear estratégias, “um cenário de ação que pode modificar-se em função das informações, dos acontecimentos, dos imprevistos que sobrevenham no curso da ação” (Morin, 1996, p.284-5). Uma ação que favoreça aos sujeitos um significado daquilo que está sendo feito, ou seja,

(...) não uma ação aprisionada pelo treinamento, pela monotonia mortífera da repetição, pela predatória imposição autoritária. Mas sim, a ação que, num primeiro momento, realiza os desejos humanos, suas necessidades e, num segundo momento apreende simbolicamente o que realizou o primeiro momento: não só assimilação, mas assimilação e acomodação; não só reflexionamento, mas reflexionamento e reflexão. (Becker, 1994, p. 95)

Desta forma, esta pesquisa buscou intensificar os estudos a respeito da construção do conceito de inclusão digital e de diretrizes pedagógicas que atendessem ao conceito proposto, uma vez que consideramos de suma importância problematizar os conceitos e concepções relacionadas à inclusão/exclusão social/digital, pois é com base neles que políticas e ações estão sendo propostas para os grupos sociais menos favorecidos.

Para tanto, com a finalidade de atender a proposta da pesquisa, tornou-se necessário aprofundar os estudos sobre inclusão digital, inclusão social e modelos pedagógicos, para que posteriormente pudesse contribuir na elaboração do significado do termo inclusão digital, articulado com a inclusão social. Nesse sentido, a elaboração do artigo científico sobre essa problemática proporcionou-me um maior entendimento, assim como uma visão mais crítica e reflexiva sobre o significado desse termo.

É importante pontuar, de forma significativa, a minha inserção no GEC - Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologia, que proporcionou interagir com outros pesquisadores, além de trazer uma contribuição bastante significativa para minha formação acadêmica. Nesse sentido, além da participação do grupo de estudos sobre inclusão digital, que contribuiu para um maior aprofundamento dos estudos sobre essa temática, outros objetivos foram estabelecidos no plano de trabalho de forma a alcançar os objetivos propostos na pesquisa, tais como: analisar os dados coletados na primeira fase da pesquisa e com base nessa análise foi possível construir o texto “Análises e perspectivas das ações de inclusão digital na UFBA”, participar de eventos voltados para discussão dessa temática de forma a ampliar o conhecimento e a discussão sobre o assunto, alimentar o banco de dados do grupo de pesquisa com registro de todas as atividades, assim como com a socialização dos textos construídos.

2. Materiais e métodos

Descrição da maneira como foram desenvolvidas as atividades para se chegar aos objetivos propostos.

Com o intuito de atender aos objetivos propostos na pesquisa tornou-se necessário fazer um estudo mais aprofundado sobre o significado do termo “inclusão digital”. Para tanto, fizemos uma

revisão bibliográfica, com leituras e estudos sobre o que já existe sobre o tema e utilizamos resumos e fichamentos com a intenção de mapear e organizar os conceitos sobre inclusão digital propostas pelos autores. Também fizemos análise dos dados coletados na primeira fase da pesquisa.

Após a revisão bibliográfica, foi possível organizar as nossas idéias no momento em que foram construídos os artigos científicos. Na oportunidade pude construir três textos: o primeiro texto sobre a “perspectiva do projeto Tabuleiro Digital”, sendo este um dos projetos de inclusão digital desenvolvido na UFBA pelo GEC, em que pude compreender a dinâmica desse projeto quanto a: sua organização, estrutura, funcionamento, solução tecnológica adotada, de forma a esclarecer os objetivos do projeto. No segundo texto foram realizadas “Análises e perspectivas das ações de inclusão digital na UFBA”, em que foi possível trazer a concepção dos pesquisadores da UFBA, mostrando os pontos de concordância e discordância quanto às questões que perpassa pelos temas: inclusão digital, inclusão social, alfabetização digital, o uso do Software Livre, o acesso às máquinas, políticas públicas, além de apresentar quem são as pessoas dentro da UFBA que estão estudando, pesquisando e trabalhando com a questão da inclusão digital

Por fim, o último texto construído, com base na revisão bibliográfica e na análise dos dados, foi o artigo cujo título é “inclusão/exclusão: elementos para uma discussão”. Nesse artigo, além de trazer o mapeamento das concepções dos autores sobre a inclusão, busquei articular o significado do termo numa perspectiva do processo de inclusão digital como um potencializador da inclusão social, com políticas que devam superar a lógica assistencialista, de apenas amparar os mais pobres, oferecendo acesso sem comprometimento com o social.

Vale destacar que em paralelo a esse processo teórico-metodológico, outras atividades foram desenvolvidas tais como: participação em eventos ligados a temática, participação nas reuniões do grupo de pesquisa semanalmente, alimentação do banco de dados do GEC com base na pesquisa e por fim o meu envolvimento na organização da III Semana de Software Livre da Faced.

3. Resultados

Relação dos resultados ou produtos obtidos durante a execução da pesquisa.

Esta pesquisa proporcionou identificar os pesquisadores e as ações desenvolvidas na UFBA, no âmbito da inclusão digital, uma vez que esta buscou “Articular os nós da rede”. Nesta segunda fase, através do mapeamento e sistematização dos conceitos, tornou-se possível compreender como a UFBA, enquanto instituição federal de ensino, pesquisa e extensão, vem desenvolvendo programas que procuram problematizar e implementar ações de inclusão digital e social, para que por meio desse material pudéssemos delinear modelos metodológicos, a fim de contribuir com essas iniciativas para a proposição de ações mais consistentes e sintonizadas com as necessidades da população.

Na análise desse mapeamento, foi possível identificar alguns discursos instituídos pela UFBA, ao tratar de questão relacionadas à inclusão digital. Primeiramente, vale ressaltar que apesar de serem poucas as iniciativas e pesquisas em torno dessa temática, estas poucas ações estão “fazendo a diferença” nesse contexto. Pudemos identificar características específicas dessas ações, tanto em nível de pesquisa, quanto em nível de projetos.

Quanto às pesquisas na UFBA, podemos caracterizar três pesquisas: o Professor André Lemos e o pesquisador Leonardo Costa da Faculdade de Comunicação (FACOM/UFBA) vêm trabalhando em suas pesquisas questões relacionadas às *Ciber (cibercultura, ciberidade, ciberpunk)* articulando com a questão da Inclusão digital, com o intuito de entender como as pessoas podem estar excluídas e/ou incluídas nesse processo. Leonardo Costa, em sua pesquisa de mestrado, estudou os projetos de inclusão digital desenvolvidos na Bahia, identificando que grande parte dos projetos desenvolvidos tem seu foco numa metodologia técnica, e que poucos se atentam para a questão cognitiva, no sentido de se preocupar em saber qual o objetivo, para que serve ou servirá aquilo que está sendo ensinado.

Outra pesquisa mapeada e que possui em sua linha de estudo relações com a inclusão digital é a pesquisa da Professora Helena Pereira da Silva, do Instituto de Ciência da Informação (ICI), cujo tema é INFOINCLUSÃO. Esta pesquisa está vinculada a um programa de cooperação entre a Capes/Universidade do Texas, e uma das vertentes desse programa é a inclusão digital,

que busca fazer um estudo das organizações que trabalham com a perspectiva da Inclusão Digital na cidade de Salvador-Ba. Ao associar essa pesquisa ao conceito de inclusão digital, Helena Pereira defende que “a inclusão digital, na verdade, só se concretiza quando estes processos, ou estas ações de inclusão digital inserem o incluído no acesso à informação na internet, principalmente naquelas informações que vão fazer diferença na vida dele, as informações que são básicas” (Silva, 2005).

Ainda na linha de pesquisa, o Professor Marcos Palácios (FACOM/UFBA), apresenta em suas pesquisas uma relação indireta com a questão da inclusão digital, já que este não é seu foco principal. Porém, mesmo não sendo um ponto central, nas pesquisas em que atua perpassam essas questões. A característica principal das pesquisas de Marcos Palácios é que estas são pesquisas direcionadas ao campo do jornalismo, para os estudantes de Comunicação.

Por fim, quanto a projetos de pesquisa na UFBA, o GEC – Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologia, criado pelo Professor Nelson Pretto, desde a sua origem, em 1994, estuda a presença das tecnologias na educação, e, ao longo desse 12 anos de existência, o GEC possui algumas frentes temáticas de investigação, tais como: “Educação e Sociedade da Informação; Educação à distância, ensino virtual ou *e-learning*; Televisão e vídeo educativo, Inclusão Digital e Alfabetização digital; Currículo e formação de professores; Políticas públicas de educação, cultura, ciência e tecnologia, comunicação, telecomunicações; Corpo e cibercultura; Universidade e tecnologia contemporâneas, Rádios livres, comunitárias e educativas e Software livre e educação”(Pretto, 2005, p. 18-19).

Enquanto grupo de pesquisa, o GEC busca atuar de forma a produzir e socializar conhecimentos, através das redes de comunicação e informação como forma de inserção no mundo contemporâneo, e isso ocorre na articulação da pesquisa, ensino e extensão. Nessa atuação, um conjunto de pesquisas teóricas são desenvolvidas pelo grupo, vinculando-se ao ensino tanto da graduação quanto da pós-graduação. A pesquisa está presente no Gec, no âmbito do mestrado, doutorado e graduação (com monografias e iniciação científica), em que alguns membros do grupo, tem como foco de estudos as questões relacionadas à inclusão digital e ao software livre, articulados com a educação. A maior parte das pesquisas sobre os temas inclusão digital e software livre são orientadas pela pesquisadora Maria Helena Bonilla, também líder do GEC.

Já quanto aos projetos desenvolvidos na UFBA, podemos destacar duas ações: O Tabuleiro Digital, patrocinado pela Petrobras, em conjunto com a Faculdade de Educação (FACED/UFBA), considerado como o projeto linha de frente do GEC, já que busca de maneira “intensa e articulada, promover e entender a inclusão sociodigital como elemento fundamental para o mundo contemporâneo” (Pretto, 2005, p.19). E o Onda Digital (Instituto de Matemática / UFBA), que é um programa de extensão permanente, um programa guarda-chuva que compõe vários projetos, dentre os quais o projeto com a ONG Eletrocooperativa (o programa desenvolve junto a essa ONG um curso de Iniciação a Informática, usando Software Livre) e o projeto Onda Solidária (projeto desenvolvido em conjunto pelos grupos de pesquisa GEC da Faculdade de Educação/UFBA, TISA - Tecnologias Inteligentes de Suporte à Aprendizagem do Instituto de Matemática/UFBA e o BANSOL – da Faculdade de Administração, que busca meios para gerar uma economia solidária).

Ao articular essas pesquisas e ações, pudemos identificar a concepção desses sujeitos quanto às questões que perpassam a inclusão digital. Desta forma é possível destacar que quanto ao significado do termo “inclusão”, foi notório a compreensão desse termo como algo complexo de ser entendido, de ser até mesmo explicitado, pois as discussões quanto ao significado, concepções e ações trazem outras problemáticas a serem abordadas. Torna-se difícil pensar num conceito que venha dar conta de todas as problemáticas da sociedade. Entendemos que essas discussões se fazem necessárias, especialmente quando analisadas no contexto social e acadêmico, como este que estamos estudando no contexto da UFBA. Nessa complexidade, percebemos que a inclusão “é vista como um processo social-político que apresenta uma série de facetas” (Palácios, 2005), e que apresenta vários fatores que precisam ser levados em consideração quando pensamos numa ação ou até mesmo num conceito de inclusão digital.

Quanto à articulação da inclusão digital com a inclusão social esta pesquisa nos proporcionou compreender a inclusão digital como um potencializador da inclusão social, quando essas ações superam a lógica assistencialista, de apenas amparar os mais pobres oferecendo acesso sem comprometimento com o social. E se concretiza com projetos que tenham objetivos

bem definidos, contemplando ações adequadas a cada contexto específico, pois não acreditamos em um modelo único de “inclusão”. Nessa lógica, através dessas ações, pode ocorrer a inserção social desses sujeitos, fazendo com que sejam sujeitos sociais capazes de exercer efetivamente a sua cidadania, com capacidade de transformar o contexto em que vivem. Que esta participação efetiva possa “*ser e fazer*” a diferença para a vida destes, na busca de fazer com que o incluído seja “(...) capaz de participar, questionar, produzir, decidir, transformar, seja parte integrante da dinâmica social em todas as suas instâncias” (Bonilla, 2005, p.62). Como consequência disso, teremos um movimento,

(...) que leva à produção de informações e conhecimentos, à participação ativa na dinâmica contemporânea, especialmente na dinâmica das redes, à inserção das múltiplas culturas nas redes, com suas características próprias, sem um modelo que reduz tudo ao mesmo, a um processo de alfabetização em todas as áreas, em todas as linguagens (Bonilla, 2005a, p. 62).

Já no que diz respeito à questão do acesso, foi possível identificar algumas vertentes: o acesso ao computador como o primeiro passo, o acesso como treinamento e motivação e o acesso como navegação na Rede. Por essas vertentes pudemos identificar que o acesso às TIC é um elemento fundamental, porém não o único, é apenas o primeiro elemento; e que outros elementos precisam também estar incorporados quando são trabalhadas questões de inclusão digital.

Ainda nesta análise foi possível articular as políticas públicas com a questão do uso do Software Livre, pois, ao pensarmos numa política de inclusão digital, torna-se necessário pensar também no movimento pelo Software Livre. Segundo Silveira (2005, p.22) o uso de software livre nos programas de inclusão digital gera uma grande economia devido ao não pagamento de licença. Além de favorecer essa “economia”, possibilita uma educação digital, pois os recursos economizados com as licenças podem ser empregados na formação dos sujeitos que estão envolvidos nesses programas, lhes proporcionando a imersão na cultura e na educação digital. Também fomenta o fortalecimento de uma inteligência coletiva local, no sentido de formar monitores e instrutores nas localidades com a implementação dos programas em Software Livre, contribuindo para ampliar a capacidade da comunidade em agregar valores não-acabados à sua “força de trabalho”.

As pessoas que estão discutindo ou pesquisando acerca da inclusão digital na UFBA, entendem que, de uma certa forma, torna-se “paradoxal se fazer uma inclusão digital com softwares pagos, principalmente quando relacionamos a uma Universidade pública” (Gama, 2005). Ao propor uma ação ou projeto de inclusão, a UFBA precisa ser a primeira a defender o uso de Software Livre. Contudo, vale ressaltar que a questão não é apenas defender e sim sobretudo usar, disseminar, fomentar entre os alunos.

Através dessas concepções, pudemos direcionar essa pesquisa para buscar uma ação formativa, aquilo que Silva (2001), coloca como uma ação de criatividade partilhada e colaborativa, de modo que cada sujeito se reconfigura enquanto interage com os outros em momento de debate e argumentação. Assim, nessa ação formativa, leva-se em consideração a perspectiva da aprendizagem colaborativa, que priorize a interatividade e que possibilite que alunos e professores tornem-se sujeitos ativos no processo do conhecimento.

Ao estudar os modelos pedagógicos, percebemos um modelo legado das escolas e das universidades, que trazem um educar enfatizando a memorização, a linearidade, a transmissão de conhecimento. Este modelo também passou a ser evidenciado em iniciativas de inclusão digital, à medida que estas propõem, em sua concepção de trabalho, oferecer “curso de informática”, e consideram que, por intermédio dessas ações, podem favorecer também a “inclusão social”. Porém, o que se percebe é que o foco não está na “formação” desses sujeitos para o exercício da cidadania, e sim, que o foco está em cursos literalmente técnicos, de modo a possibilitar um possível acesso ao mercado de trabalho.

Para o entendimento dos modelos pedagógicos e posteriormente uma associação desses modelos com as propostas de inclusão digital, consideramos como base de fundamentação, o texto de Fernando Becker “Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos”, em que o autor apresenta três modelos: o tradicional, o centrado no formando e o colaborativo relacional.

O modelo tradicional é aquele centrado no formador, sua característica principal é a transferência de informação do formador para o formando. Nessa concepção, o professor ensina e o aluno aprende. Esse age dessa forma por acreditar que o conhecimento pode ser transmitido para o aluno, além de também confiar no mito de transmissão do conhecimento. Percebe-se que

este modelo ignora a participação dos sujeitos, não possibilita a produção do conhecimento que venha ser realizada de forma “crítica e colaborativa”. E sim, os sujeitos, comportam-se de forma absolutamente passiva, enquanto o professor é o centro, é o controle de todo o processo, (...) “tudo que o aluno tem a fazer é submeter-se à fala do professor: ficar em silêncio, prestar atenção, ficar quieto e repetir tantas vezes forem necessárias” (Becker, 1994, p. 90).

Neste modelo configura-se um quadro de reprodução de autoritarismo, de subserviência, do silêncio, de morte crítica, da criatividade, da curiosidade. Segundo Becker (1994, p.90) nada de novo acontece e o produto pedagógico acabado nessa concepção é de sujeitos que renunciaram ao direito de pensar, e que, portanto, desistiram de sua cidadania e do seu direito ao exercício da política no seu mais pleno significado.

Ao contrário disso, buscamos uma concepção de formação, numa dinâmica não-linear, pois esta vem de encontro às práticas pedagógicas tão evidenciadas neste modelo tradicional legitimada pela reprodução do autoritarismo, reprodutora do conhecimento, processada de maneira linear, própria da educação bancária (Paulo Freire, 2003). Esse pensamento linear não condiz com a aprendizagem colaborativa, interativa, cooperativa, próprias das dinâmicas em rede.

Alguns projetos de Inclusão Digital adotam esse modelo tradicional, ao utilizarem em suas metodologias de trabalho a concepção de “*cursinhos*”, em que os alunos são meros receptores de conteúdos, ou seja, meros consumidores de informação. Para este modelo, as tecnologias são utilizadas seguindo uma lógica de ensino assistidos pelo computador e a informação é transmitida pelo “monitor, professor”.

Outros projetos evidenciam apenas a questão do acesso. Entendemos ser esta condição necessária para as iniciativas de inclusão digital, particularmente, porque uma grande parcela desses sujeitos, que utilizam esses programas, não dispõem de máquinas em sua casa, escola, trabalho, e por isso dependem de locais públicos - “telecentros, tabuleiros digitais, infocentros”. Porém, a grande problemática quanto ao acesso é que os programas de inclusão digital ficam limitados em seu discurso a apenas isso, e apresentam o acesso como solução para todos as problemáticas da exclusão digital. Entendemos que oferecer condição ao usuário de apenas acessar não consegue dar conta de atender as demais necessidades e desejos das comunidades.

Compreendemos que as tecnologias, necessariamente, não precisam ser vistas unicamente numa concepção instrumental, de apenas ensinar a usá-las numa lógica de “ferramentas”, ou numa perspectiva de mero acesso. E principalmente quando estamos falando de ações de inclusão digital, pois, entendemos que

“as tecnologias transformam as linguagens, os ritmos e modalidades da comunicação, da percepção e do pensamento, operam como proposições, exteriorizam, objetivam, virtualizam funções cognitivas e atividades mentais, [e por isso] devem ser vistas como possibilidades de criação, de pesquisa, de cultura, de re-invenção” (Bonilla, 2005b, p.79).

Já no modelo centrado no formando toda a informação recebida é submetida a um processo de interpretação, que conduz à construção de novas formas de conhecimento. O professor ou monitor é entendido como um auxiliador, pois os sujeitos aprendem ao seu ritmo, interpretando os fatos com base em sua experiência pessoal. Para Becker (1994, p.91) esta é uma proposta liberal, do *laissez-faire*, ou seja, esta é uma proposta da não interferência, do deixar fazer. Nessa proposta o ensino está centrado no aluno, numa perspectiva do sujeito encontrar seu caminho, e aprender por si mesmo. A atuação do professor nessa concepção no máximo será “auxiliar a aprendizagem”, procurando despertar o conhecimento já existente nos sujeitos.

Os projetos de inclusão digital que se encaixam nesse modelo, devem permitir aos sujeitos envolvidos a liberdade de usufruir desse processo, sem uma intervenção proposital e planejada de um monitor, ou professor, ou quem quer que seja. Para tal, torna-se necessário uma dinâmica em que os sujeitos envolvidos: professor, aluno, comunidade, sejam sujeitos ativos no processo do conhecimento, de forma que possam decidir, participar, construir, ou seja, ter uma formação participativa. No entanto, não é essa a realidade que encontramos no Brasil. Em função de várias deficiências no processo educacional dos brasileiros, a grande maioria necessita que nos projetos de inclusão digital sejam propostas dinâmicas formativas que superem as diversas lacunas de formação.

Frente a essas questões, nos deparamos com problemáticas tais como a falta de domínio de alguns desses sujeitos quanto ao uso das tecnologias quando estão imersos na cultura digital,

portanto, o deixar fazer sem interferência fica comprometido. Esse modelo, ao trabalhar com essa concepção da não interferência, pressupõe-se que os sujeitos aprendem espontaneamente a navegar na internet, a buscarem as suas demandas no âmbito do interesse individualizado, a pesquisar e produzir informações necessárias aos seus desejos e realidades. Essas dinâmicas são mais comuns entre os jovens, desejosos de viver e experimentar a não-linearidade. No entanto, vale ressaltar que encontramos também, principalmente entre os adultos, o “medo do desconhecido”. Isso significa dizer, que nos programas de inclusão digital, também temos ali imersos uma diversidade de conhecimento quando estamos falando de uma aproximação com a cultura digital, e, percebemos com isso que quando cada sujeito entra em contato com essa “nova” realidade, fica diante de fatos que para ele eram inexistentes em sua cultura de origem, e, conseqüentemente, isso pode trazer um estranhamento, que pode provocar “aproximação” e busca de conhecer esse novo, ou “afastamento”, se não encontrar nesses programas uma valorização e respeito ao seu ritmo e a sua familiaridade com a cultura digital.

Por fim, no terceiro modelo, o relacional, encontramos a implementação de ambientes de trabalho colaborativo, em que o conhecimento passa a ser construído com base na interação e participação de todos os sujeitos. Vale destacar que nessa concepção pedagógica, o formador acredita que os sujeitos só aprendem alguma coisa, se agirem e problematizarem a sua ação. Este professor tem a função de facilitar a troca de informação e de conhecimento entre os sujeitos, intervindo em debates e providenciando para que todos participem e interajam mutuamente.

Para essa proposta, associamos os ambientes colaborativos, em que a aprendizagem é orientada na relação todos-todos, em vez de estar centrada no professor. Segundo Dias (2001,p.28), nesses ambientes “o processo de construção do conhecimento compreende a interação entre pares, a avaliação e a cooperação, salientando a mudança do foco na interação professor-aluno para as relações entre os membros dos grupos”.

Nessa perspectiva, o que Dias (2001) chama de “modelo educacional e organizacional”, está pautado nas comunidades de aprendizagens, que se apresentam como centros de experiências, nas quais a aprendizagem não é separada da ação, e o processo de aprendizagem é orientado, não só para o aluno, mas sobretudo para a comunidade. Desta forma, o sujeito constrói o conhecimento fundamentado em um processo social que se desenvolve na comunicação com os outros.

Para os projetos de inclusão digital, além de destacarmos o modelo relacional, com ambientes e trabalho colaborativo, torna-se necessário também levar em consideração as formas de ser, de pensar e de agir que estão emergindo na contemporaneidade, principalmente com a presença das tecnologias da informação e comunicação. Segundo Bonilla (2005b, p. 78), “esta presença está a exigir e pode provocar a construção de um modelo pedagógico, assim como está a exigir novas formas de construção de subjetividade, de relações sociais e ambientais”.

Diante desses três modelos apresentados por Becker, enfatizamos que nosso objetivo não foi estabelecer um “único” modelo pedagógico, e sim, buscamos, por meio desses projetos uma ação formativa, que leve em consideração a perspectiva da aprendizagem colaborativa, que priorize a interatividade e que possibilite que os sujeitos tornem-se sujeitos ativos no processo do conhecimento.

Isso significa dizer, um modelo de interação que possibilite a criação de espaços virtuais de aprendizagens, em que os sujeitos possam interagir mutuamente, orientados pela ação do professor, como também por uma troca entre o professor e sujeitos, sujeitos e sujeitos, sujeitos e comunidades, ou seja, que não exista um centro fixo, e, que priorize a idéia do conhecimento em rede, onde tudo está interconectado.

Pensar numa dinâmica de trabalho baseada na lógica da Rede, em que cada sujeito, cada projeto, cada instituição, cada nó desta rede possa trazer seus conhecimentos, não apenas como mera “soma”, mas com processos que desencadeiem trocas de experiências, que proporcionem trabalho coletivo, participativo, cooperativo, colaborativo. Ou seja, que fomente o que Lévy (1998, p. 28), chama de “*inteligência coletiva*”, “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. Nessa dinâmica, cada sujeito ou cada “nó”, contribui para o crescimento, fortalecimento e enriquecimento de todo o grupo, permitindo assim as diversas possibilidades de troca, de acesso a conteúdos em diversos formatos, além de prolongar o tempo das discussões, favorecendo a riqueza de experiências e aprendendo coletivamente a conviver com o outro.

Desta forma, entendemos que para as dinâmicas dos projetos de inclusão digital, faz-se necessário pensar em propostas que dêem margem aos direcionamentos de cada contexto, como também que tais projetos possam estar sujeitos às adaptações que se fazem necessárias no decorrer do processo, para que os sujeitos que estão imersos nessa realidade possam ser co-autores, co-participantes do processo e não apenas receptores e reprodutores do conhecimento. Que se possam utilizar não fórmulas prontas, fechadas, acabadas e já pré-estabelecidas, e sim, que possam elaborar suas propostas em conjunto com a comunidade, atendendo seus interesses e necessidades, e que estejam, sobretudo, abertos a possíveis alterações caso sejam necessárias.

Desta forma, buscamos delinear as diretrizes metodológicas, tendo como base das discussões Bonilla (2006, p.4), ao apresentar algumas idéias e princípios fortemente articulados à lógica do funcionamento em rede: *processos horizontais*, que procura eliminar a hierarquia e a verticalidade herdada de uma cultura pedagógica do modelo tradicional; *processos coletivos*, através de uma dinâmica em Rede, em que todos os sujeitos envolvidos possam participar e que favoreça a produção de forma coletiva; *os centros instáveis*, com a não existência de uma centralidade fixa, e sim, uma dinâmica em que ora o professor seja o centro, ora o aluno, ora outro ator, rompendo com concepções que procura manter a idéia de centralidade estável; *a participação efetiva dos sujeitos e da comunidade*, em que todos os sujeitos são convocados a participar na/da rede, sendo inconcebível o mero assistir; *a cooperação*, pois entendemos que ao propor um dinâmica em Rede, para esta funcionar, torna-se necessário que os sujeitos participantes sejam convocados a cooperar, contribuir com o processo de produção coletiva.

Nessa perspectiva, entendemos ser esta a concepção de interação, que propõe caminhos a serem percorridos, que busque a participação dos sujeitos na construção do conhecimento, principalmente de forma coletiva, numa postura de sujeitos que criam, modificam, constroem, ou seja, tornam-se co-autores dos processos. Nesse sentido, o processo é construído em parceria, de autoria e co-autoria, em que os autores criam e socializam seus saberes de várias maneiras.

3. Discussão

Expor de modo sucinto a contribuição do seu plano ao projeto de pesquisa do orientador apresentando as implicações para futuros trabalhos que podem ser desenvolvidos.

O trabalho realizado nessa pesquisa, com o mapeamento, a análise e os estudos sobre as questões da inclusão digital, possibilitou, de acordo com a proposta da orientadora, um entendimento sobre o significado desse termo e toda a complexidade que o mesmo envolve. Mais especificamente, possibilitou compreender as simplificações e reducionismos feitos em torno desse significado, principalmente quando é apresentado como solução para quase todas as problemáticas da sociedade.

Outro ponto a destacar nesse trabalho foi a possibilidade de trazer para a discussão as dinâmicas de trabalhos instituídas pela UFBA em suas ações e projetos de inclusão digital, de forma que pudéssemos elaborar e disponibilizar para a comunidade diretrizes metodológicas que possam ser utilizadas nas ações de inclusão digital, ultrapassando a lógica de meros cursos de informática, e pensando em estratégias que potencializem a formação dos sujeitos para o exercício da cidadania, assim como para a autonomia, a interação, a colaboração e a comunicação dos sujeitos.

Com base nessas discussões e estudos, foi possível desenvolver o que foi proposto pela orientadora e construir diretrizes metodológicas, numa perspectiva de contribuir para uma abordagem de “formação” dos sujeitos que estão imersos em projetos de inclusão digital. Diretrizes essas, compatíveis com uma concepção social de inclusão digital.

Além desses pontos apresentados, a pesquisa teve como objetivo contribuir como base e subsídios para os trabalhos finais da graduação, pesquisas de mestrado e doutorado dos integrantes do grupo de pesquisa GEC, no que diz respeito ao conceito de inclusão digital. Para tanto foi possível através dos dados levantados socializar e alimentar o banco de dados público do grupo de pesquisa, de forma a ser utilizada como referencial teórico.

Por fim, vale destacar a contribuição da pesquisa para minha formação enquanto estudante em formação em uma Universidade que apresenta os três campos de atuação: ensino, pesquisa e extensão. A possibilidade de vivência e participação em um grupo de pesquisa foi imprescindível para a construção desse trabalho, assim como, para o meu caminhar acadêmico, dentre os quais

ainda está por vir o trabalho de conclusão de curso – a monografia, cujo foco será a continuação dessa pesquisa.

4. Referências bibliográficas (máximo 15)

Relação itemizada das referências que subsidiaram a pesquisa, colocando as mais importantes.

BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 19(1): 88-96, jan/jun 1994.

BONETI, Lindomar Wessler. Educação Inclusiva ou Acesso à Educação ? In: **28ª Reunião Anual da Anped - 40 anos de Pós- Graduação em Educação no Brasil: produção de conhecimentos, poderes e práticas**. Caxambu: Anped, 2005 (Anais) .Disponíveis em:< www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt11/gt11153int.rtf >. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2007.

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola Aprendente: para além da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

_____. A práxis pedagógica presente e futura e os conceitos de verdades e realidades frente às crises do conhecimento no século XX. In. : PRETTO, Nelson De Luca. **Tecnologia e novas educações**. Salvador: EDUFBA, 2005b, p.70-81.

_____. As TIC estruturando dinâmicas curriculares horizontais: o programa de formação continuada de professores para o município de Irecê-Ba. In.: **XXIII Encontro Nacional de Didática e prática de ensino**. Recife : Endipe, 2006 (Anais)

BONILLA, Maria Helena; ASSIS, Alessandra. **Tecnologia e novas educações**. In: Revista da FAEEBA/Universidade Estadual da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n.1 (jan/jun, 2005) – Salvador: UNEB, 2005.

COSTA, Leonardo Figueiredo. Faculdade de Comunicação. Entrevistadora: Larissa Palma Coelho. Salvador, 14 de outubro de 2005: 1 fita cassete (60min). Entrevista concedida da pesquisa “Articulação dos nós da rede”. Pibic em Salvador.

GAMA, Cláudia Amado. Instituto de Matemática. Entrevistadora: Larissa Palma Coelho. Salvador, 07 de outubro de 2005: 1 fita cassete (60min). Entrevista concedida da pesquisa “Articulação dos nós da rede”. Pibic em Salvador.

LÉVY, Pierre. A nova relação com o saber. In.: **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 157-167.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARASCHIN, Cleci. Redes de conversação como operadoras de mudanças estruturais na convivência. In : PELLANDA, Nilze Maria. **Inclusão Digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. São Paulo : DP&A, 2005, p. 135-143.

PALACIOS, Marcos. Faculdade de Comunicação. Entrevistadora: Larissa Palma Coelho. Salvador, 05 de outubro de 2005: 1 fita cassete (60min). Entrevista concedida da pesquisa “Articulação dos nós da rede”. Pibic em Salvador.

PRETTO, Nelson De Luca. Tabuleiro digital: educação e cultura digital. In. LEMOS, André. **Cibercidade II: Ciberurbe.A cidade na sociedade da informação** . Rio de Janeiro: E-Papers, 2005, p. 337-356 .

SILVA, Helena Pereira da. Instituto de Ciências da Informação. Entrevistadora: Larissa Palma Coelho. Salvador, 03 de outubro de 2005: 1 fita cassete (60min). Entrevista concedida da pesquisa “Articulação dos nós da rede”. Pibic em Salvador.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Software Livre: a luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Relatório Final – Parte II

1. Atividades realizadas no período

Descrever as atividades desenvolvidas ao longo do período da bolsa, indicando as dificuldades encontradas.

- Leituras e estudos em torno do tema inclusão digital e social e modelos pedagógico - (Todo o período).
- Participação como ouvinte em seminários relacionados com a temática da pesquisa. (Todo o período).
- Participação na lista de discussão do Gec e na lista da EDC-287 Educação e Tecnologia Contemporâneas- (Todo o período).
- Alimentação do banco de dados público do GEC (Grupo de pesquisa em Educação, Comunicação e tecnologias), disponível em: <http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/IncDigital2> - (Todo o período)
- Participação das discussões do Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologias (<http://www.gec.faced.ufba.br/twiki/bin/view/GEC> - (Todo o período)
- Mapeamento de conceito sobre inclusão digital, disponível em <<http://www.gec.faced.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/MapID> > (De agosto a Dezembro de 2006)
- Participação do grupo de estudos sobre a temática Inclusão Digital dentro do GEC -<http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/ProjetosInclus%E3oDigital> - da Faculdade de Educação.(De agosto a dezembro 2006)
- Organização e análise dos dados coletados na primeira fase da pesquisa. (Novembro de 2006 a Dezembro 2006)
- Elaboração do texto “Perspectiva do Projeto Tabuleiro Digital”, que em conjunto com outros autores será um dos capítulos do próximo livro do GEC. Disponível em: <<http://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/TextTabuleiro>> (Setembro 2006)
- Análise do material coletado na primeira fase da pesquisa, com o texto : Panorama do processo de inclusão digital na UFBA. Disponível em: <http://www.gec.faced.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/Analise> - (De Novembro 2006 a Janeiro 2007)
- Construção do artigo científico: Inclusão/exclusão: elementos para uma discussão. Disponível em: <<https://www.twiki.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/TextInclus%e3o>>
- Elaboração do relatório parcial.(Janeiro 2007)
- Construção do artigo científico cujo título “Fust e UCA: Perspectivas de Políticas de Inclusão?” em conjunto com a bolsista Darlene Almada e os orientadores Maria Helena Bonilla e Nelson Pretto, para submissão de Trabalhos na III Semana de Software Livre da Faced. Disponível em: <http://www.gec.faced.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/ArtigoSsl> - (Maio 2007)
- Participação na Organização da III Semana de Software Livre da Faced.(De Fevereiro a Maio 2007)
- Produção do artigo: “Diretrizes metodológica para programas de Inclusão Digital”. Disponível em <<http://www.gec.faced.ufba.br/twiki/bin/view/GEC/DiretrizesMet>> (De Abril a Junho 2007)
- Elaboração do relatório final.(Maio 2007 a Junho 2007)

Tive algumas dificuldades no início da pesquisa, por esta ser a primeira vez que desenvolvi uma atividade de pesquisa científica no âmbito acadêmico. Portanto, precisei superar alguns desafios: entender a lógica de desenvolvimento de uma atividade de pesquisa e com a ajuda da orientadora essas “dificuldades” foram sendo superadas e trabalhadas com naturalidade.

Por estar na segunda fase da pesquisa, uma outra dificuldade foi encontrar o “percurso” que precisaria dar prosseguimento; para tanto necessitei organizar todo o material mapeado, para que posteriormente pudesse organizar as minhas idéias e compreender como poderia contribuir na pesquisa.

Após ter resumido e fichado todo material bibliográfico, no momento de construção dos textos, ainda tive dificuldades em apresentar-me enquanto pesquisadora nessas análises, no entanto, com a ajuda da orientadora, em um constante trabalho de escrita e reescrita, consegui expor os meus posicionamentos quanto a temática em questão.

2. Participação em reuniões científicas e publicações

Relacionar as reuniões científicas e os títulos dos trabalhos apresentados pelo estudante durante a vigência da bolsa. Incluir títulos de publicações que resultaram ou se beneficiaram de seu trabalho.

- Participação como ouvinte do III Festival de Software livre da Bahia, promovido pelo PSL (Projeto Software Livre)- (Agosto de 2006)
- Participação como ouvinte do Seminário Interno da FAGED, cujo tema: Pesquisa e formação docente na FAGED, realizado na FAGED/UFBA. (Setembro 2006)
- Participação como ouvinte do I Colóquio luso-brasileiro da Educação a Distância e Ambiente Virtuais de Aprendizagem, promovido pela UNEB. (Setembro 2006)
- Participação como ouvinte da palestra ministrada pelo Prof. Marcelo Neri, sobre o " Dignóstico da Exclusão Digital na Bahia ". Realizado no Centro de Convenções da Bahia, promovido pela SECTI (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação)- (Outubro 2006).
- Participação como ouvinte do mini-curso cujo tema “Pesquisa: O que é, porque se faz, como se faz e o que se espera?”, promovido pelo SEMPPG/SEMEP e palestrado por Caio Castilho. (Outubro 2006)
- Participação como ouvinte do VII Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação (SEMPPG) e do XXV seminário Estudantil de Pesquisa (SEMEP).– (Novembro 2006).
- Participação como ouvinte da Mesa Redonda - TV Digital: Onde estamos e para onde vamos. Apresentação: Nelson Pretto - Diretor da FAGED, André Nunes - Aspectos Tecnológicos para Tv Digital. Coordenação: Simone Lucena - doutoranda da FAGED, promovido pelo GEC – (Novembro 2006).
- Participação como ouvinte da Mesa Redonda - Sobre: TV Digital, Interatividade e produção colaborativa na educação. Apresentação: Nelson Pretto - Diretor da FAGED, Ricardo Benetton Martins e Alex Fernando Teixeira Primo, promovido pelo GEC. (Novembro 2006).
- Participação como ouvinte do IV Encontro Regional ABED de Educação a Distância - Região Nordeste. Realizado na Faculdade Jorge Amado. (Novembro 2006).
- Participação como ouvinte do Seminário de TV Pública: gestão e tecnologia, promovido pelo IRDEB, (Março 2007).
- Participação na organização da III Semana de Software Livre da Faced. (Março 2007 a Maio 2007)
- Participação como ouvinte da III Semana de Software Livre da Faced, promovido pelo GEC.(Maio de 2007)
- Apresentação de trabalho na III Semana de Software livre da Faced, com o título “Fust e UCA: Perspectivas de Políticas de Inclusão?”. (Maio 2007)